



## PANORAMA HISTÓRICO DA COLONIZAÇÃO E DESCOLONIZAÇÃO DA ÁFRICA DO SUL EM RELAÇÃO COM OS ROMANCES DE COETZEE

ALVES, Ruane Maciel Kaminski (UNIOESTE)<sup>1</sup>

**RESUMO:** O presente trabalho tem como proposta traçar um panorama do contexto histórico abordado nas obras *Age of Iron* (1990) e *Disgrace* (1999), que abarca um período pós-colonial e de resistência política, social, cultural e econômica enfrentado pelas sociedades africanas, deve-se conhecer a história do continente e, em especial, da África do Sul – país de origem de J.M. Coetzee e cenário das narrativas – com ênfase nos momentos marcados pela segregação racial e pós-*apartheid* que formam o contexto de produção das obras analisadas. Como aponta Frantz Fanon (1979), o momento da descolonização, normalmente é reconhecido como a substituição de uma “espécie” de homens ou de uma sociedade por outra, sem uma transição, apenas substituição. Entretanto, esta noção de “tábula rasa” atrelada à descolonização que é uma reivindicação mínima do colonizado, desconsidera a colonização e a descolonização como um processo histórico, pois ela “[...] não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma se não na exata medida em que se faz discernível o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo” (FANON, 1979, p.26). Assim, parte-se dos estudos de Frantz Fanon (1979), René Lefort (1978), Thomas Bonnici (2000; 2009) e Paulo Visentini (2013), entre outros.

**PALAVRAS-CHAVE:** história; literatura; resistência; colonização; pós-colonialismo.

**ABSTRACT:** This paper aims to draw a panorama of the historical context discussed in the works, which includes a post-colonial period and political resistance, social, cultural and economic faced by African societies, one must know the history of the continent and, in particular South Africa - the country of JM Coetzee source and scenario narratives - with emphasis on moments marked by apartheid and post-apartheid which form the context of production of the works analyzed. As pointed out by Frantz Fanon (1979), the time of decolonization, it is usually recognized as replacing a “species” of men or of a company by another, without a transition, only replacement. However, this notion of “clean slate” linked to decolonization which is a minimum claim of the colonized, disregards the colonization and decolonization as a historical process because it “[...] does not find its intelligibility, does not become transparent to itself is not the exact extent that it makes the historicizing discernible movement that gives it form and content” (FANON, 1979, p.26). Based in studies of Frantz Fanon (1979), René Lefort (1978), Thomas Bonnici (2000; 2009) and Paulo Visentini (2013), among others.

**KEYWORDS:** History; literature; resistance; colonization; postcolonialism.

## I.1 COLONIZAÇÃO DA ÁFRICA DO SUL

As obras *Age of Iron* (1990) e *Disgrace* (1999), de J.M. Coetzee escolhidas como *corpus* para a análise neste artigo tratam de diferentes períodos da história da África do Sul, a primeira aborda o período de segregação racial, conhecido como *apartheid* ou Separação iniciado em 1948 tendo seu fim apenas em 1994. A segunda obra é elaborada no período pós-*apartheid* e revela a imagem de uma sociedade que ainda sofre com as consequências dos anos de colonização e segregações racistas.

O presente trabalho tem como proposta traçar um panorama do contexto histórico abordado nas obras citadas, que abarca um período pós-colonial e de resistência política, social, cultural e econômica enfrentado pelas sociedades africanas, deve-se conhecer a história do continente e, em especial, da África do Sul – país de origem de J.M. Coetzee e cenário das narrativas – com ênfase nos momentos marcados pela segregação racial e pós-*apartheid* que formam o contexto de produção das obras analisadas. Assim, parte-se dos estudos de Frantz Fanon (1979), René Lefort (1978), Thomas Bonnici (2000; 2009) e Paulo Visentini (2013), entre outros.

Como aponta Frantz Fanon (1979), o momento da descolonização, normalmente é reconhecido como a substituição de uma “espécie” de homens ou de uma sociedade por outra, sem uma transição, apenas substituição. Entretanto, esta noção de “tábula rasa” atrelada à descolonização que é uma reivindicação mínima do colonizado, desconsidera a colonização e a descolonização como um processo histórico, pois ela “[...] não encontra a sua inteligibilidade, não se torna transparente para si mesma se não na exata medida em que se faz discernível o movimento historicizante que lhe dá forma e conteúdo” (FANON, 1979, p.26).

Os períodos pré-colonial e colonial, muitas vezes, são desconhecidos no estudo da sociedade africana, mas merecem igual atenção, mesmo para o desenvolvimento de uma pesquisa sobre o período posterior às descolonizações; sem este estudo “[...] o termo ‘pós-colonialismo’ fica apenas um rótulo fabricado no exterior para o consumo indiscriminado e acrítico do ex-colonizado” (BONNICI, 2009, p.23). Assim, torna-se fundamental uma leitura sobre os momentos que antecedem o regime segregacionista para uma visão geral de todos os momentos como um processo.

O estudo do período pré-colonial na África é necessário para a desmitificação da visão de uma África única e homogênea. Como aponta Analúcia Danilevicz Pereira no livro *História da África e dos africanos* (2013)<sup>2</sup>, existe uma ideia de que o continente africano se desenvolveu isolado do restante dos continentes, assim, o estudo sobre os períodos anteriores à colonização possibilita o reconhecimento de que já havia contatos

regulares com a Ásia e a Europa por parte do norte e do leste africano. A África ocupa 20% das terras emersas em forma de um continente compacto que com as grandes navegações a tornou o “centro” dos fluxos, mesmo que de alguma forma, também representasse uma barreira aos avanços comerciais.

A grande diversidade do continente africano também possibilitou a formação de grupos étnicos diversos com diferentes grupos linguísticos. O povo *bantu* representa um grande grupo linguístico que ocupava a região subsaariana e que começou um processo de expansão e migração para o sul. Esta região ao sul era habitada pelos *khoisans*<sup>3</sup>, povos nativos bastante primitivos que viviam da caça e do pastoreio e como ainda estavam na Idade da Pedra não conseguiriam disputar com o povo *bantu*, sendo obrigados a adentrar cada vez mais para o sul.

A primeira fase de expansão do imperialismo europeu na África, séculos XIV ao XVI surgiu da necessidade de encontrar rotas alternativas para o Oriente. Por ser um continente com grande diversidade natural e cultural, também sofreu com as explorações e divisões arbitrárias realizadas pelos colonizadores. A atual República da África do Sul teve grande importância no período pela localização da atual Cidade do Cabo como um porto conveniente para quem navegava do Ocidente rumo ao Oriente. Os holandeses, com técnicas de navegação mais avançadas, navegaram pelo Oceano Índico passando pelo Cabo da Boa Esperança até as Índias Orientais e estabeleceram dois aportes para esta rota, sendo o Estreito de Sunda a sede da Companhia e a Cidade do Cabo o centro do trajeto funcionando como um entreposto da Companhia. Segundo Fructuozo e Amaral (2009), a Companhia Holandesa das Índias se instalou na região em 1652 e enviou o comandante Jan Van Riebeeck, com o interesse inicial apenas na instalação de um posto de apoio. Sendo a região, na época, habitada pelos nativos *khoisans*, enquanto os grupos *bantus* se localizavam fixos a nordeste e leste da atual República da África do Sul.

Assim, à medida que os holandeses decidiam se fixar na região, avançavam além da Cidade do Cabo, dominando mais terras e escravizando os *khoisans*. Dividiram-se dois grupos que se diferenciaram principalmente pelo lugar que ocupavam na economia, assim, de acordo com René Lefort, no livro *Sudáfrica: historia de una crisis* (1978), o primeiro daria origem aos burgueses compradores, ou seja, que serviriam ao capital estrangeiro e o segundo penetraria no interior e se dedicaria à agricultura. Conforme a colonização se efetua, a burguesia começou a se diferenciar destes grupos que lidavam apenas com a agropecuária. Foi neste contexto, segundo Visentini (2013), que os holandeses<sup>4</sup> colonos formaram um grupo conhecido como *boer*, que significa “camponês” em holandês. Os *boers* não se identificavam mais com a raiz europeia e abraçaram a terra africana como sua, mas ao se identificarem como africanos

não se identificavam com os nativos:

Esta vida les daba una gran tenacidad, una resistencia silenciosa y un respecto muy vivo de sí mismos. Pero su aislamiento marcó su carácter al dejar baldía su imaginación e inerte su inteligencia. Tenían también los defectos de sus virtudes. Su tenacidad podía degenerar en obstinación, su poder de resistencia en barrera a la innovación y su respeto a sí mismos en recelo hacia el extranjero y desprecio al inferior<sup>5</sup> (KIEMET, apud LEFORT, 1978, p.19).

A segregação instaurada desde o início do movimento imperialista deve-se ao encontro de duas forças antagônicas, como estudado por Fanon (1979), sobre a bipolaridade do sistema colonial que alimenta estes dois lados originalmente contrários. O mundo dividido apontado por Fanon, entretanto, não se trata apenas da posição geográfica que limita o acesso dos colonizados, mas é um “mundo cindido em dois”. “Quando se observa em sua imediatidade o contexto colonial, verifica-se que o que retalha o mundo é antes de mais nada o fato de pertencer ou não a tal espécie, a tal raça” (FANON, 1979, p.29). A divisão do mundo colonial sul-africana, portanto, não fugiu à regra, assim, as distinções raciais e étnicas ditaram os movimentos seguintes de segregação social, econômica, cultural e política.

## 1.1 NASCIMENTO DA BARREIRA RACIAL

Já estabelecidos como colonos, os *boers*, uniram-se a outras minorias que saíram da Europa, como os huguenotes franceses - minorias religiosas que eram perseguidas pela Igreja -, e buscavam se diferenciar da metrópole, ao mesmo tempo em que, se identificaram pela fé calvinista. Subjugados ainda pela Companhia que dominava a compra dos produtos agrícolas e pela vontade de se diferenciarem dos “bárbaros negros”, forjou-se, como afirma Lefort (1978), uma especificidade *boer*; os *afrikaners*<sup>6</sup> e a língua derivada do holandês com elementos das línguas nativas, o *afrikaans*. Fundaram, portanto, a primeira colônia de povoamento da África, que mantinha fortes vínculos com a Europa, pela cultura e religião cristã pregadas. Os nativos *khoisan* logo foram escravizados, exterminados ou exilados para o norte.

A companhia holandesa afrontada pelos colonos brancos proíbe, em 1717, a imigração branca, assim como, toda a interação inter-racial, pois havia um intenso processo de mestiçagem. Inicia, conseqüentemente, a importação de escravos, principalmente da África Oriental e de Madagascar. Taxando com baixos preços os produtos agrícolas, a Companhia consegue desvalorizar a produção local, o que leva o produtor a explorar a mão-de-obra barata e escrava dos nativos que, por sua vez,

também se apresenta improdutiva devido às baixas condições de trabalho. Aliada à resistência e respeito por si próprios dos *boers*, esta situação geraria uma divisão social com um único critério racial:

La raza determina la adscripción bien sea a un grupo superior, dueño de los medios de producción y de intercambio y que monopoliza todas las funciones de mando, bien, por el contrario, a una masa indistinta, intercambiable, forzada a los trabajos más duros, reducida a la sumisión –y la barrera racial ha nacido<sup>7</sup> (LEFORT, 1978, p.22).

O sucesso da dominação colonial, de acordo com Fanon (1979), deu-se pela condição de estrangeiro do colono, assim, “não são as fábricas nem as propriedades nem a conta no banco que caracterizam em primeiro lugar a “classe dirigente”. A espécie dirigente é antes de tudo a que vem de fora, a que não se parece com os autóctones, “os outros” (FANON, 1979, p.30). O estrangeiro, no mundo colonial, destaca-se dos demais e, através da violência, implanta com sucesso o seu sistema de dominação, como se percebe no caso sul-africano, no qual os *boers*, mesmo não se identificando mais com os europeus, ainda se afirmam como os “outros” e dominam pela sua condição de estrangeiro colonizador.

Durante o século XVIII, o Cabo foi se desenvolvendo em meio à desordem, enquanto os Países Baixos se mostraram com uma economia debilitada, o que também acabou por falir a Companhia Holandesa da Índias Orientais. Neste período, a Inglaterra se instalou na Cidade do Cabo em 1795 e, definitivamente, em 1806, entretanto, a colônia se mostrava subdesenvolvida e custava mais do que produzia. A Inglaterra inicia uma dominação indireta, uma vez que, as experiências de colônias diretas não resultaram como esperado e este regime não condizia com seu interesse de mercado, explorar matéria-prima e vender o produto manufaturado. De acordo com René Lefort (1978), a metrópole desejava desenvolver uma burguesia local que estaria livre politicamente assim que os interesses econômicos que a ligavam à Coroa estivessem suficientemente fortes.

A primeira iniciativa britânica, conforme aponta Fructuozo e Amaral (2009), foi o ataque ao povo *Xhosa*, que estava situado em território dominado pelos ingleses. Para se fixar na região, os ingleses enviaram quatro mil imigrantes concedendo a eles as terras conhecidas como *Zuurveld*, às margens do rio Great Fish. A vida dos colonos não era fácil e com a necessidade de pagar impostos, os habitantes ficaram mais insatisfeitos. Os britânicos também desejavam acabar com os privilégios dos *boers* instalados na região, assim, foram decretadas leis para o fim da distinção pela cor e do trabalho forçado usado pelos fazendeiros *boers*, o que, posteriormente, acabou, por determinado tempo, com a escravidão.

Uma nova divisão social se estabelece com a crescente conversão dos organismos políticos e culturais nativos em um intermediário administrativo e comercial que se enriquece com a circulação de moeda. Neste contexto, de acordo com Lefort (1978), uma nova ideologia liberal também se assenta, pautada em uma necessidade de “civilizar”, assim, fora a necessidade de manter o Cabo como aporte naval, “[...], *los únicos motivos que nos hacen actuar en Sudáfrica son la protección de nuestros fieles súbditos y el deseo filantrópico de promover el cristianismo y la civilización*” (LACOUR-GAYET, 1970, apud LEFORT, 1978, p.25). A burguesia, que enriqueceu com o fim da Companhia, produzia cada vez mais, enquanto os *boers*, ainda estavam limitados a uma economia rural que explorava a mão-de-obra escrava e se chocavam com este novo sistema liberal. Com a lei que decretou o fim da escravidão (1833) e a igualdade entre os homens, independente da cor da pele (1828), os *boers* decidiram deixar a Cidade do Cabo, mais por uma questão ideológica do que econômica, uma vez que não aceitavam serem tratados no mesmo plano de igualdade.

De acordo com Fructuozo e Amaral (2009), este grupo avançou para as terras além do rio Orange que ainda não estavam em posse dos ingleses, episódio conhecido como *Great Trek*. Acima do rio Thukela, na atual região da província de KwaZulu-Natal, aconteceu outra rebelião, que durou muito tempo, entre o povo *Zulu* e os *boers*, na qual, após a derrota do povo nativo, foi interpretada como um sinal divino para a ocupação estrangeira da África do Sul. Nasce neste momento, o nacionalismo *afrikâner* e declaram em 1852, a independência do estado de Transvaal e depois, em 1854, do Estado livre do Orange. A Inglaterra que já havia investido muito na região reconhece os dois estados com o interesse de manter os seus territórios da Cidade do Cabo e a nova colônia de Natal. Como aponta Lefort (1978), as duas comunidades diferentes aceitam um acordo provisório cujo preço seria pago pela população negra.

A Constituição do Estado Transvaal era assentada nas leis racistas e, embora, a Inglaterra pressionasse o fim da escravidão, esta exploração ainda ocorria. Como o autor afirma, “[...] las reglas que gobiernan las relaciones de la sociedade blanca con las sociedades indígenas se hallaban más que esbozadas” (LEFORT, 1978, p.28). Em 1867, houve a descoberta de jazidas de diamante e, posteriormente, de ouro, na região que, ainda não era considerada uma nação, ou seja, as províncias eram regidas por brancos e os reinos dos povos nativos negros coexistiam. Assim, a Inglaterra estabeleceu protetorados garantindo autoridades aos reinos negros nos territórios do atual Lesoto e Botsuana, mantendo os *boers* afastados. Em 1877, anexaram o Transvaal, mas os colonos se revoltaram e os expulsaram em 1880-1881. Várias disputas se estabeleceram entre os ingleses e os *boers* em um momento de intensa imigração pela

atração causada pela mineração. Insatisfeitos, os ingleses iniciaram a Guerra Anglo-boer (1899 – 1902), na qual os ingleses venceram os colonos com métodos cruéis como campos de concentração, consolidando também o nacionalismo boer.

Para evitar que o território fosse desunificado, firmou-se a “aliança do ouro e do milho” entre a Cidade do Cabo e Natal (inglesas) e o Estado de Transvaal e do Orange (boers), consagrando assim, segundo Visentini (2013), o “princípio da Segregação”. Com a aprovação da Constituição Sul-africana (federação das províncias do Cabo, Natal, Orange e Transvaal), a população negra perdeu o seu direito ao voto e à propriedade de terra.

## 1.2 ÁFRICA DO SUL E APARTHEID

A característica política básica do imperialismo colonial, de acordo com Visentini (2013), está pautada na dominação ideológica da colônia pela metrópole. As ideologias podem se dividir em quatro, filantrópicas, pragmático-utilitaristas, racistas ou social-darwinistas. As filantrópicas se justificavam pela necessidade de civilizar as demais sociedades; as pragmático-utilitaristas pelos benefícios que a dominação traria às economias metropolitanas e à expansão do capitalismo; as racistas defendiam a existência de diferenças naturais entre as raças e a necessidade de uma dominar a outra; enquanto as sociais-darwinistas se sustentavam nas teorias de Darwin de luta pela sobrevivência, sendo a dominação dos mais fracos necessária para a continuidade dos mais fortes. Estas teorias poderiam se mesclar e tinham um fundo materialista, “O fundamental dessas ideias era constituído pela percepção da superioridade tecnológica e do desenvolvimento que a causava e dele tirava proveito” (VISENTINI, 2013, p.70). Assim, como o desenvolvimento era fruto do capitalismo já desenvolvido na Europa, deduziam-se como natural e eurocêntrico os direitos e a causa desse processo. Esta ideologia, portanto, era uma necessidade aos sistemas agrícolas dos *afrikâners*, já que estes mantinham um sistema atrasado em comparação com a moderna agricultura intensiva praticada pelos europeus nas proximidades da Cidade do Cabo e de Natal.

Destes discursos já embutidos na sociedade africana moderna, a institucionalização da discriminação se desenvolveu a partir de decretos que perpetuavam estas condições. Dois atos principais para a manutenção do sistema segregacionista foram instituídos, o Native Labor Act de 1911 e o Native Land Act de 1913, também conhecido como Lei de Terras. O primeiro estabelecia as relações entre patrão e funcionário, sob a estigma de “obediência e submissão” que, como aponta Lefort (1978), proibia as greves, a ruptura de contrato seria considerado um

crime, etc. Enquanto a Lei de Terras concedia 7,3% das terras (12,7% em 1936), aos africanos que compunham três quartos da população. Conforme aponta o autor, as implicações desta lei são fundamentais, pois ao separar as zonas agrícolas negras e brancas, separa-se a África em zonas com modos de produção diferentes que, além de impossibilitar que a produção capitalista chegasse aos negros, também os impossibilitava de viver unicamente de sua economia de subsistência, o que garantia aos europeus e *afrikâners* mão-de-obra. Os ingleses percebiam a escravidão como uma barreira à ascensão do sistema capitalista, mas ao mesmo tempo, impunha leis que impediam a ascensão social dos negros. Muitos dos colonos brancos, entretanto, com pouca possibilidade de manter suas terras e obter a mão-de-obra negra, restrita a determinadas áreas, também engrossaram a massa dos desempregados e seu poder como classe caía juntamente com os negros.

Com o medo do avanço negro nas áreas brancas, em 1923 é decretado o Native Urban Area Act que limita a possibilidade de acesso dos negros às áreas dos brancos, regulamentando as condições para que os negros saíssem das reservas para trabalharem nas áreas dos brancos, assim, esta lei também definia os lugares de trabalho que os negros poderiam atuar. Os fazendeiros de Transvaal e os industriais, de acordo com Analúcia Danilevicz Pereira, no livro *A Revolução sul-africana* (2012), reivindicavam pela disponibilidade de força de trabalho negra, o que estimulou a institucionalização do *passé*, um documento que justifica a presença do negro em determinada área branca e que ele deveria portá-lo e apresenta-lo sempre que questionado. De acordo com Lefort (1978), este ato se complementava com a política implementada pelos ingleses de manter nas áreas negras um sistema pré-capitalista baseado ainda no valor das relações tribais, pois essa estrutura possibilitava que o negro trabalhasse nas áreas brancas e não estivesse tentado a se estabelecer nelas, mas sentisse a necessidade de retornar à sua terra. Esta situação, como afirma o autor, revela uma forma de "colonialismo interno", já que a metrópole e a colônia não estavam separadas por um oceano, mas na mesma unidade territorial.

No romance *Age of Iron* (1990), a personagem principal se depara com esta realidade ao receber na sua casa um grupo de amigos negros do filho de sua empregada que agride Vercueil – homem sem teto que recebe abrigo na sua casa. Ela exige que eles vão embora, mas Florence intercede e os meninos a afrontam: “- Temos que ter um *passé* para vir para cá? – perguntou Bheki. Ele e o amigo trocaram olhares. – temos que ter um *passé*? – Eles esperaram a minha resposta, desafiando-me. [...]” (COETZEE, 1990, p.47). A exigência de portar o *passé* durou até o final do período de segregação, os negros poderiam apenas frequentar as áreas que se relacionavam ao seu trabalho, sendo necessário estar no mesmo emprego há 10



anos.

Os interesses econômicos dos brancos sul-africanos se baseavam na economia mineira que, no período pós-guerra, apresentava baixas taxas de lucratividade, pelo baixo rendimento e baixa cotização internacional. Grandes companhias contrataram, portanto, a mão-de-obra negra, causando embate entre os assalariados brancos e os negros. Os *afrikâners* iniciaram uma série de levantes iniciais, pois a crise da agricultura e a impossibilidade de ocuparem mais terras nativas os deixaram em condições de pobreza, sendo muito vulneráveis a propagandas de um nacionalismo *afrikâner*. Neste momento, conforme aponta Visentini et al. (2013), despontou a greve de Rand, em 1922, com apoio do Partido Comunista da África do Sul, que se desenvolvia, sendo duramente reprimida pelo governo.

Dessa forma, em 1924, os nacionalistas chegam ao poder através das eleições com o apoio do Partido Trabalhista e rompem com a política liberal defendida pelos detentores dos grandes monopólios mineiros, impondo medidas protecionistas. Essas medidas promoveram no país um rápido crescimento e desenvolvimento industrial, em um período conhecido como "milagre econômico". No final da década, com a crise de 1929, o valor do ouro no mercado internacional cai e a aliança entre os nacionalistas e trabalhistas se desfaz, sendo que os primeiros para continuarem no poder se apoiaram no capital estrangeiro. Assim, os *afrikâners* continuaram no poder mantendo um sistema de segregação racial.

Em 1943, como aponta Fructuozo e Amaral (2009), os partidos *Herenigde party* e *Afrikaner party* dominaram o governo e, em 1948, uniram-se para a criação do *National Party*, o Partido Nacional, com a instauração do regime de Separação ou *apartheid*. Este período de segregação obrigou os negros a se sentarem em bancos públicos separados, usar entradas de prédios e banheiros diferentes, foram proibidos de casar com os brancos e obrigados a carregar um passe permanente para o trânsito no país, que continha nome, identificação e etnia, além de serem remanejados para as reservas, áreas longe do centro da cidade, agora denominada *homelands*; "A institucionalização da segregação tornou oficial e sujeitou a penalidades o descumprimento de várias leis racistas que separavam os homens e jogaram o país em um sistema de repressão e medo" (BANDEIRA, 2008, p.03). O novo período também se caracterizou pela dissociação entre os poderes econômico e político, o primeiro nas mãos da população de origem inglesa que injetava capital nas minas e o segundo apoiado nos *afrikaners*.

E.C. se depara com esta realidade de segregação do espaço africano ao ir com Florence até a região das reservas, Guguletu<sup>10</sup>. Na estrada se depara com uma barreira com muitos policiais armados que questionam sobre o que ela irá fazer,

informa assim, que vai levar Florence para a casa, mas o policial responde para deixar a empregada ir andando sozinha o restante do caminho. E. C. insiste e ele permite a sua passagem. Ao chegar ao local, depara-se com uma realidade assustadora e, em vários momentos, arrepende-se de ter ido e diz que não foi até ali para ver tudo isso. Um senhor que as acompanha dentro da reserva volta-se a ela e diz:

- Não há necessidade de ficar com medo – continuou ele com delicadeza. – Seus rapazes estão aqui para protege-la. – E apontou.

Então, eu os vi, mais para baixo, na estrada: três viaturas carregadas de tropas, quase fundindo-se com as árvores e, delineadas contra o céu, as cabeças cobertas com capacetes (COETZEE, 1990, p.95).

De acordo com H. Wolpe citado por Lefort (1978), o *apartheid* foi um mecanismo utilizado na África do Sul para manter o alto grau de exploração capitalista através de um sistema de trabalho barato e controlado em um momento no qual essas forças de trabalho desapareceriam, assim, “¿Cómo mantener entonces los bajos salarios? Lo esencial de la respuesta está en la instauración del ‘desarrollo separado’ que tiene al ‘fortalecimiento político, social, ideológico, económico de los bajos niveles de subsistencia’” (H. Wolpe)” (LEFORT, 1978, p.65). Dada a barreira a livre circulação e mesmo de convivência com os brancos, como também de direitos políticos e sociais, os negros deveriam se contentar com baixos salários, pois o desemprego nas *homelands* apenas crescia. A personagem de *Age of Iron* (1990) escreve para a sua filha que vive nos Estados Unidos sobre o grande número de pessoas sem casa, “Não havia tantas dessas pessoas sem casa, no seu tempo. Mas agora elas são parte da vida, aqui” (COETZEE, 1990, p.12). A grande multidão de desempregados afetava as regiões das reservas, mas também os bairros dos brancos, evidenciando as consequências de um sistema pautado na desigualdade social, mantido pela desigualdade racial.

Como forma de promover o *apartheid* até as últimas consequências, o primeiro-ministro Hendrik Verwoerd estabelece a criação dos “bantustões” que se resumia na divisão das antigas reservas negras de acordo com as antigas chefias nativas, agora denominadas Autoridades Territoriais. A política dos bantustões foi uma resposta a grande onda de independências na África e às mobilizações na África do Sul. Assim, não se rompeu com o *apartheid*, mas criaram-se estas unidades que favoreciam a dominação, pois separavam a população africana, que como aponta Pereira (2012), ia na direção contrária às tentativas de unificação nacional propostas pelo Congresso Nacional Africano:

[...] a política de criação dos bantustões, que estabelece e estimula uma nova dimensão de tribalismo no país. Nessa época, os bantustões serviram, igualmente, para confundir – ante nosso povo e frente à opinião mundial – o gigantesco processo de descolonização no continente africano (ZUMA, 1986 apud PEREIRA, 2012, p.90).

A combinação de uma realidade de miséria nos bantustões aliada à falta de oportunidade nas cidades e a brutalidade policial iniciou um movimento de criminalidade infantil, “A criminalidade, assim, passou a fazer parte da rotina de jovens africanos ao longo dos anos 1960 e 1970, tendo como vítima a própria comunidade negra” (PEREIRA, 2012, p.97). Esta realidade se revela no romance *Age of Iron*, no momento que E.C. vê o filho de Florence, Bheki, e seus amigos baterem em um homem na rua porque ele está bêbado. Florence, entretanto, é conivente com a atitude dos meninos e E.C. a confronta: “Você lava as mãos por eles e eles se transformam em filhos da morte” (COETZEE, 1992, p.49).

As lutas pelo fim da segregação e pela igualdade social intensificam-se neste momento com vários levantes violentos e a formação do Black Consciousness Movement (Movimento da Consciência Negra) que deu voz aos negros em vários espaços e influenciou a criação de outros movimentos de libertação nacional. A base teórica e ideológica fornecida pelos teóricos do Partido Comunista também auxiliaram nos movimentos, pois esclareceram que o sistema de segregação funcionava como ferramenta principal para a manutenção dos interesses de uma burguesia branca sul-africana que se ligava aos interesses do capital estrangeiro.

### 1.3 INICIATIVAS DE MUDANÇA E RUPTURA

As lutas de resistência do povo africano iniciaram desde o princípio da conquista colonial. As formas e os objetivos destas lutas têm se desenvolvido ao passar das décadas, mas jamais se cessaram. Em 1912, chefes tradicionais e membros de uma classe média, de acordo com René Lefort (1978), fundaram as bases para um movimento que, posteriormente, formaria o *African National Congress* (ANC)<sup>12</sup>. Este movimento tinha na sua base a política nacionalista e o ANC foi o primeiro a proclamar que a África do Sul era um só povo que deveria se unir na sua luta pela igualdade. Esta elite que formava o movimento esperava, em primeiro momento, integrar-se à burguesia sul-africana, o que era vedado pela segregação. Ao mesmo tempo em que existia uma consciência de nação, também existia uma consciência de classe, assim, o ANC apoiaria, em certa medida, as reivindicações do movimento trabalhador africano, que se iniciavam, concretizando com as greves de Rand em 1922.

Em 1921, criou-se o partido comunista africano (PC) que se dedicou à reflexão sobre as lutas trabalhistas e os direitos dos trabalhadores. Nos primeiros momentos, o partido ignorou as contradições existentes no país e aliou-se ao partido nacionalista ao lado dos mineiros brancos. No final da década, o acordo tem seu fim com a posição do PC de lutar contra o colonialismo, ou melhor, o imperialismo que se apoiava nos poderes locais. Entretanto, a partir dos anos 30, o partido decaiu e seu papel nas lutas declina. Como aponta Lefort, a grande questão era contra quem deveriam lutar: os colonialistas de Pretória ou os imperialistas ingleses? Como a questão não era respondida, o poder do partido diminuía.

A derrota do fascismo na Europa foi um novo salto para as lutas de resistência, com uma direção assumida no ANC e retorno da influência do PC. Entre 1950 e 1967, uma série de movimentos, levantes e greves se instauram, iniciados com o preceito da não-violência mas que adquire, ao passar dos anos, a frente da luta armada. Ao final do ano de 1967, os líderes e grande parte dos integrantes do ANC estavam mortos, presos ou exilados, durante todo esse período, as desigualdades sociais, a discriminação e a coerção apenas se intensificaram, deixando a população não-branca em condições mais precárias. Em 1961, o país conquista a sua independência política frente à Inglaterra e forma a República da África do Sul. Com a Carta da Liberdade muitas das reivindicações do povo africano almejam ser atendidas, como o fim da desigualdade racial, a supressão das medidas de coerção econômicas, entre outras. Entretanto, a elite nativa logo percebe que não possui forças suficientes para proteger o seu espaço na sociedade e, como afirma Lefort (1978), também percebe que o seu movimento é contraditório internamente e assim, não consegue força suficiente para atingir os seus objetivos.

Com a abertura do Muro de Berlim em 1989, como afirma Visentini et al (2013), vários países africanos tornaram-se independentes e democratizados ou assinaram acordos de paz, tendo a África do Sul anunciado em 1990, o início do processo que extinguirá o *apartheid*, após a libertação do líder Nelson Mandela no ano anterior.

As primeiras eleições após o fim do regime de segregação elegeram Mandela como presidente, em 1994. No mesmo ano, iniciou-se a elaboração das *Comissões da Verdade e Reconciliação*<sup>13</sup> (TRC, em inglês). As Comissões foram formuladas para investigar e julgar os casos de violação dos direitos humanos, anistia, reparação e reabilitação das vítimas que sofreram atentados, além da divulgação de trabalhos para evitar que futuras violações acontecessem novamente. O TRC, entretanto, como aponta Pereira (2012), mostrou-se ineficiente no contexto pós-*apartheid* na África do Sul, assim, “[...] muitos fatos deixaram de ser investigados, seja pela curta duração dos

trabalhos da comissão, seja pela sua incapacidade (ou falta de vontade) de investigar as injustiças sociais herdadas da política branca de dominação” (PEREIRA, 2012, p. 143). No romance *Disgrace* (1999), David Lurie é julgado por uma Comissão formada na Universidade, que pode ser lida como uma relação ao TRC. Acusado de abusar sexualmente de sua aluna negra Melanie, é julgado por um comitê de professores – que representam as ações buscadas pela Comissão - e obrigado a se desculpar. David se recusa e diz que não pode se desculpar de um ato que foi instintivo e que não será o “bode expiatório” da história, de uma história de anos de exploração. Então apenas confirma o ato e pede que o julguem por estas ações.

O fim do regime *apartheid* na África do Sul e a adequação da África à Nova Ordem Mundial, entretanto, não foram suficientes para a solução dos problemas existentes. O resultado desse processo, como aponta Visentini et al (2013), é a marginalização da África no sistema internacional e a desestrategização e tribalização dos conflitos e da política regional. Os interesses de uma minoria branca burguesa, portanto, continuam defendidas pelas federações empresariais e pelos organismos financeiros internacionais. Ao migrarem das reservas em direção às cidades na tentativa de conseguirem empregos e melhores condições sociais, os negros passaram habitar nas áreas marginais das cidades, formando as favelas que demonstraram a “[...] pobreza que estava oculta em regiões afastadas onde as ‘comunidades tribais’ eram obrigadas a permanecer” (VISENTINI et al., 2013, p.152). No romance *Age of Iron* (1990), a personagem principal, E.C., começa a se deparar com essa desigualdade e violência ainda no período de segregação, enquanto Lucy e David, personagens em *Disgrace* (1999), vivenciam esta realidade no período posterior ao regime de separação. David indaga em vários momentos do livro sobre a condição desigual na África e chega a conclusão de que os processos missionários e “civilizatórios” de nada funcionaram para integrar a África do Sul, assim como, trata-se de um país no qual os bens materiais estão em constante circulação, ou seja, não se pode ter nada, pois desperta a vontade nos outros de ter o que você tem.

Os governos que se seguiram à presidência de Mandela buscaram a integração econômica e política da África no novo cenário mundial, promovendo alianças com a comunidade europeia e a América Latina, por exemplo. A criação de novos movimentos que estimulem a participação política e na educação dos negros também foram incrementados, como o *Black empowerment*, além de Organizações para o desenvolvimento econômico do país, a exemplo da Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral e também a reformulação da União Africana, que auxiliou na cooperação entre os países africanos. Alguns escritores pós-coloniais como J.M. Coetzee revelam nas suas obras os problemas dessa sociedade que sofreu

com uma colonização violenta que se assentou em teorias racistas para manter um sistema de desigualdade social indispensável para a solidificação de uma elite local branca e de uma política internacional de interesses.

## NOTAS

- <sup>1</sup> Graduada em História pela Universidade Estadual de Londrina em 2013. Participou do projeto de pesquisa História e Memória: Debates, Pesquisas e Narrativas de Iniciação Científica. Membro do Grupo de Pesquisa Confluências da Ficção, História e Memória na Literatura e nas Diversas Linguagens. Mestranda do Programa de Pós-Graduação Strictu Sensu em Letras: Linguagem e Sociedade da UNIOESTE. Bolsista CAPES.
- <sup>2</sup> Capítulo pertencente ao livro VISENTINI, Paulo. Et al. História da África dos Africanos. 2. Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
- <sup>3</sup> “Khoi (pejorativamente chamados de “hotentotes”) eram pastores e os sans (pejorativamente denominados “bosquímanos”) eram caçadores [...]” (VISENTINI, et al, 2013, p.61).
- <sup>4</sup> “[...] aquellos hombres no eran colonos, puesto que no se trataba de la menor colonización. Eran asalariados de la Compañía y su misión consistía en producir los víveres que aquélla necesitaba. No tenían siquiera el derecho de trocar con las poblaciones indígenas pacotillas por su ganado o por el producto de su casa: el monopolio del comercio, lo mismo respecto a los barcos de paso que con los auctótonos, estaba reservado únicamente para la Compañía”. (LEFORT, 1978, P.17). Com o posterior interesse de se fixar na região, um grupo de holandeses foi para as regiões interiores e começaram a se dedicar aos trabalhos de colonos.
- <sup>5</sup> Esta vida lhes deu uma grande tenacidade, uma resistência silenciosa e um respeito muito vivo a si mesmos. Mas seu isolamento marcou o seu caráter ao deixar resíduos de sua imaginação e inerte sua inteligência. Eles também tinham os defeitos de suas virtudes. Sua tenacidade poderia degenerar em obstinação, o seu poder de resistência em barreira à inovação e seu respeito por si mesmos em desconfiança e desprezo com o inferior. (tradução nossa).
- <sup>6</sup> “Afrikaner: descendiente de los colonos llegados en los siglos XVII, XVIII y XIX, exceptuando a los colonos de origen angloparlante. Designado hasta la primera guerra mundial con el nombre bóer” (LEFORT, 1978, p.14).
- <sup>7</sup> A raça determina a distribuição tanto de um grupo superior, proprietário dos meios de produção e troca e que monopoliza todas as funções de controle, como, pelo contrário, de uma massa indistinta, intercambiáveis, forçados a trabalhos mais duros, reduzida a submissão - e barreira racial nasce. (tradução nossa).
- <sup>8</sup> As únicas razões que nos fazem atuar na África do Sul são a proteção de nossos súditos fiéis e o desejo filantrópico para promover o cristianismo e da civilização. (tradução nossa).
- <sup>9</sup> As normas que regem as relações da sociedade branca com sociedades indígenas foram mais do que esboçadas. (tradução nossa).
- <sup>10</sup> “The Native (Urban Areas) Act of 1923 provided that all Africans, other than those exempted, had to live in a location. As a result, townships like Gugulethu, Nyanga and Langa (in the Western Cape) emerged”. Disponível em: < <http://www.sahistory.org.za/place/gugulethu-township>>.
- <sup>11</sup> Como, então, manter os salários baixos? A essência da resposta encontra-se no

estabelecimento de “desenvolvimento separado” que tem um “fortalecimento políticos, sociais, ideológico, econômico dos baixos níveis de subsistência” (tradução nossa).

<sup>12</sup> Congresso Nacional Africano.

<sup>13</sup> Com uma longa história na América Latina e popularizada na África pela Comissão Sul-Africana de Verdade e Reconciliação (TRC), as comissões de verdade podem dar às vítimas oportunidade de falar sobre suas experiências, e permitir que os perpetradores admitam sua responsabilidade [...] com frequências eles também dão à vítima uma oportunidade de acareação com os perpetradores uma oportunidade de vir a público e oferecer seu relato dos eventos, confessar suas atrocidades e, em raros casos, pedir desculpas (BOSIRE, 2006, p.71).

## REFERÊNCIAS

ÁFRICA, O despertar de um continente. Volume I. VOL.I – Introdução aos Estudos da África. Centro de Estudos Africanos, USP.

BANDEIRA, Marília F. *Representações da Violência em Disgrace e Waiting for the Barbarians de J. M. Coetzee*. Agosto, 2008. 167 folhas. Dissertação (Mestrado em Letras) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2008.

BERND, Zilé. *Literatura e identidade nacional*. Porto Alegre: editora da UFRGS, 2003.

BONNICI, Thomas. *O pós-colonialismo e a literatura: estratégias de leitura*. Maringá: Eduem, 2000.

BONNICI, Thomas. Pós-colonialismo e representação feminina na literatura pós-colonial em inglês. In: *Acta. Scientiarum Human and Social Sciences*, Maringá, vol. 28, n.01, p.13-25, 2006.

BONNICI, Thomas (org). *Resistência e intervenção nas literaturas pós-coloniais*. Maringá: Eduem, 2009.

BOSIRE, Lydia K. Grandes promessas, pequenas realizações: Justiça Transacional na África Subsaariana. *SUR- Revista Internacional de Direitos Humanos*, São Paulo, n.05, Ano 03, 2006. <<http://www.surjournal.org/eng/index5.php>>. Data de Acesso: 27/08/2013.

CANDIDO, Antonio. *Literatura e sociedade*. São Paulo: Companhia editorial nacional, 1967.

CINTRA, Antônio O. As comissões de verdade e reconciliação: o caso da África do Sul. Brasília: Biblioteca digital da Câmara dos deputados, 2001.

COETZEE, J.M. *Age of Iron*. Great Britain: Martin Socker & Warburg Limited, 1990.

COETZEE, J.M. *Disgrace*. The United States of America: Penguin Books, 1999.

FANON, Franz. *Os condenados da terra*. 2ed. Trad. J. L. de Melo. Rio de Janeiro: Civilização brasileira, 1979. Entrevista concedida para prefácio do livro.

FRUCTUOSO, Lígia M.L.; AMARAL, Sérgio T. África: o despertar de um continente. In: ETIC – ENCONTRO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA, n.05, 2009, Presidente Prudente. *Anais*. Presidente Prudente: Faculdades Integradas Antônio Eufrásio de Toledo, 2009.

Gugulethu Township. Disponível em: < <http://www.sahistory.org.za/place/gugulethu-township>>. Acesso em: 20/01/2015.

LEFORT, René. *Sudáfrica: historia de una crisis*. México: Siglo XXI Editores, 1978.

PEREIRA, Analúcia D. *A revolução sul-africana*. São Paulo: Editora UNESP, 2012.

PEREIRA, Analúcia D. África pré-colonial: ambientes, povos e culturas. In: VISENTINI, Paulo. Et al. *História da África dos Africanos*. 2. Edição. Rio de Janeiro: Vozes, 2013. pp 15.

VISENTINI, Paulo et. al. *História da África e dos africanos*. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.